



RESENHAS

A ARTE DO DETALHE

Zoppi-Fontana, Mônica Graciela. A Arte do Detalhe. Discursividade – Web Revista. Edição nº 09 - Janeiro/2012. ISSN 1983-6740. Campo Grande MS
www.discursividade.cepad.net.br

Mônica Graciela Zoppi-Fontana, pesquisadora associada do Laboratório de Estudos Urbanos (LABERUB), NUDECRI/UNICAMP), investiga o processo de gramatização do Português do Brasil e seus efeitos na configuração do *espaço de enunciação brasileiro*. Analiso aqui o artigo, **A Arte do Detalhe**, publicado na revista *Discursividade - Web Revista*, edição que presta homenagem ao semanticista Eduardo Guimarães¹. A leitura desse artigo nos permite observar como a autora descreve graciosamente, sem perder o rigor que uma teoria exige, alguns conceitos da Semântica do Acontecimento, teoria desenvolvida por Guimarães (2002). Zoppi-Fontana ao descrever o funcionamento metodológico da teoria coloca-o em prática para dar sustentação às suas análises permitindo assim à autora uma interpretação deste lugar da ciência que possa dizer sobre *a constituição da representação do português do Brasil como língua transnacional*.

O artigo traz como epígrafe o conhecido quadro de Seurat², que num primeiro olhar, causa espanto e admiração do leitor, pois não é prática comum a utilização de figuras ligadas à arte em texto de cunho teórico, comumente são considerados caminhos distintos de se trilhar e, costumeiramente esta caminhada se dá separadamente quando se procura estabelecer a afirmação de uma teoria.

O artigo está estruturalmente dividido em quatro partes. A primeira denominada *Recortar a forma para compreender o sentido*, descreve de modo saudosista e carinhoso, a metodologia do professor Eduardo Guimarães, durante a disciplina *Tópicos de Semântica*, no Programa de Pós-

¹ Professor, semanticista titular da Universidade Estadual de Campinas e autor da teoria Semântica do Acontecimento.

² Seurat. Caracterização do estilo e movimento pictórico: a *pintura de pontos*, que propõe um olhar que divide a cena nos seus componentes fundamentais, os interpreta a partir de uma reflexão teórica fundamentada em princípios científicos e os apresenta com precisão na concisão de pontos nítidos e distintos que permitem ao espectador/leitor a recomposição do sentido da cena.



graduação em Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem (Unicamp) em 1988, quando a autora era aluna do Programa.

Por vivenciar, ora como aluna, ora como colega o trabalho rigoroso e criterioso do semanticista, Zoppi-Fontana se revela afetada do lugar poético um estado de alma que denuncia o “gosto pelo detalhe” de Eduardo Guimarães.

Na segunda parte, intitulada, *O acontecimento da Teoria*, Zoppi-Fontana traz conceitos teóricos de Guimarães, sendo eles descritos, oportunamente e trazidos à discussão pelos entremeios de seu artigo. A terceira parte que denominou de *Agenciamento político da enunciação e as divisões da língua nacional*, a autora contextualiza como se intensificou a discussão sobre a promoção e difusão internacional da Língua Portuguesa, expondo, propriamente, seu trabalho de pesquisa. Apresenta oito recortes³ que analisa e proporciona ao leitor compreender melhor o *corpus*. Finalmente com o título, *Não só arte poética, mas ainda teoria* a autora encerra seu trabalho, trazendo os resultados que alcançou a partir das análises realizadas.

Dado o aspecto diferenciado que o artigo apresenta, o leitor acaba por ser conduzido, pois as questões linguísticas trazidas com nuances poéticas destaca o belo da teoria. É um pouco desse dizer, que pretendo apresentar ao leitor, não deixando de mostrar sua pertinência e relevância ao aspecto transnacional da língua subsidiado do lugar da Semântica do Acontecimento.

Como forma de homenagear o professor Eduardo Guimarães, Zoppi-Fontana escreve seu artigo agenciado em seu espaço de autoria, quando tomada por uma imagem guardada com carinho na lembrança, que, segundo ela, deu o tom que coloriu seu artigo. Para a clara compreensão do leitor, descreve que o que a impressionava em suas lembranças era o rigor e a minuciosidade de detalhes com que o professor analisava a Constituição Brasileira do século XIX e o funcionamento de uma cláusula na qual se definia o cidadão brasileiro. Definir cidadão brasileiro, não é tão complexo assim, mas fazê-lo como o professor Guimarães, era motivo de admiração.

A este respeito, todo o modo de análise do professor estava apoiado numa crítica original e inovadora às teorias enunciativas recentes, mas simultaneamente costurava com pontos firmes e

³ Mensagem do Presidente de Portugal à Nação em 10-6-2006), (Projeto de lei nº 149/2004, (Parecer nº 1859/2004, Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF, Parecer do relator da Comissão do Senado, Projeto de lei nº 149/2004.



certeiros uma reflexão teórica própria. A autora diz que Guimarães, na ocasião, se debruçava sobre a descrição dos processos de designação a partir de uma abordagem não referencialista e que considerava a materialidade da língua e a historicidade do sentido. Sequencialmente os movimentos de sustentação teóricos de Guimarães avançaram, trazendo os conceitos de “designação”, “agenciamento enunciativo” e “textualidade”.

Com a estrofe do poema “os sapos” de Manuel Bandeira a autora, inicia a segunda parte do artigo descrevendo e explorando os princípios teóricos postos por Guimarães quando define - *enunciação como acontecimento, a noção de sujeito, temporalidade, textualidade e espaço de enunciação*.

Interessa particularmente no trabalho, o que Guimarães produziu sobre a noção de *agenciamento da enunciação*, que assegura e sustenta o estudo de divisão das línguas e seus falantes, previamente marcado e determinado. Ela vai dizer que a teoria da enunciação permite um deslocamento decisivo que define o lugar e o funcionamento do *falante* na enunciação.

A análise de Zoppi-Fontana está ancorada na teoria de Guimarães e sobre ela empreende e reflete sobre o processo de gramatização do português do Brasil e seus efeitos na configuração do *espaço de enunciação brasileiro* que, segundo a autora, está sobreterminado pelas políticas de integração regional e internacional e, conseqüentemente, afetado pelo discurso da mundialização.

No que diz respeito ao tópico, *agenciamento político da enunciação e as divisões da língua nacional*, a autora lembra que a intensificação da discussão sobre a promoção e difusão internacional da língua portuguesa está, sobremaneira, vinculada ao discurso da mundialização e é sobre este aspecto que Zoppi-Fontana se debruça a estudar a presença e o funcionamento do português do Brasil em espaços de enunciação ampliados.

Em sua pesquisa analisou a dimensão “internacional” da língua, incluindo: associação científica, cursos de licenciatura, gramáticas, dicionários, livros didáticos e exames de proficiência produzidos por brasileiros. Esses instrumentos significam a construção e ressignificam o estatuto do português tanto como língua oficial, como língua nacional que se traduz num fortalecimento da identidade do país.

O trabalho de Zoppi-Fontana, é de extrema importância, primeiro pelo ineditismos, e segundo por mostrar o processo de gramatização do português no Brasil, pois descreve as dimensões entre línguas e na língua que configuram o espaço de enunciação brasileiro, na sua



dimensão *transnacional* que significa avançar o *Estado e Mercado brasileiros em outros espaços e fronteiras além do nacional*.

Nesse sentido o estudo aponta que esta divisão afeta a distribuição e hierarquia da(s) língua(s) no espaço de enunciação brasileiro, e que um espaço de enunciação se caracteriza por estabelecer uma divisão dissimétrica dos direitos de dizer e dos *modos de dizer* dos seus falantes, podendo esta divisão se dar tanto entre línguas quanto no interior de uma mesma língua.

Ao estudar essa divisão, a autora mostra como significam as relações *imaginárias institucionais* no âmbito do discurso parlamentar e se prende nos *modos de dizer* que materializa no texto o agenciamento enunciativo em relação ao acontecimento da enunciação.

Desse ponto de vista a autora adota como *corpus* de estudo, textos legislativos que inclui textos produzidos sobre o Dia Nacional da Língua Portuguesa, o projeto de lei, parecer do relator, a lei promulgada e o pronunciamento dos senadores em relação a essa data.

Ela lembra que esses documentos, por fazerem parte do *arquivo legislativo*, circulam restritamente ao ambiente parlamentar e pelo seu funcionamento discursivo como *proposição*, o que os diferencia do funcionamento de *imposição* normativa que caracteriza a lei. Nesse caso o funcionamento diferenciado em relação à *performatividade* dos enunciados é crucial para sua análise, dado que permite traçar, por meio do agenciamento enunciativo, os pontos de emergência do *acontecimento linguístico no arquivo*, nos quais momentos de interpretações se representam como “tomadas de posição” do sujeito de enunciação.

Zoppi-Fontana traz os conceitos teóricos de Guimarães, primando por um rigor teórico que sustenta suas análises. Revisa e contextualiza o debate sempre, para que o leitor o compreenda e expõe que, quando o projeto de lei foi proposto no Senado Federal (em 2004) a “língua portuguesa” era celebrada nos países lusófonos, e no Brasil inclusive, em 10 de junho, data comemorativa da morte de Camões e dia festivo desde longa data em Portugal, onde era denominado, “Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas”, nomeação que traz a memória dos processos de colonização e dos movimentos imigratórios.

A autora não poderia deixar de trazer a cena enunciativa dos acontecimentos do pronunciamento, onde se encontra um locutor que se mostra responsável pela enunciação e que fala da língua de locutor-presidente de Portugal que legitima a performatividade do enunciado, em que enuncia “celebrar, significar, reafirmar”. “Dia de Portugal” reescrita como “Dia das



Comunidades Portuguesas”, um dizer que se traduz como um enunciado definidor, sustentado no dizer do Locutor-presidente, trazendo presente o discurso da colonização.

Esta cena enunciativa traz ainda, a voz de um enunciador genérico não assimilada pelo locutor que é apresentada por efeito de sustentação como lateral e secundária o que não incide na força ilocucionária da afirmação e realizada do locutor. Zoppi mostra que no dizer “no dia 10 de junho celebramos a língua portuguesa como fundamento da unidade da nação portuguesa”, aparece ali um processo de reescrituração por enumeração como “ [unidade] dos portugueses residentes em Portugal e das comunidades espalhadas pelo mundo”.

A análise apresenta “a posição sujeito em um discurso que significa a nação portuguesa, aquela “dos residentes em Portugal” e “ das comunidades espalhadas pelo mundo”. Fixar uma data de comemoração da língua portuguesa no território nacional denominado “Dia Nacional da Língua Portuguesa”, é criar um conflito no constituir desse espaço de enunciação brasileiro que se divide entre língua nacional do Brasil e a língua oficial do Estado Brasileiro, assim a autora mostra que essa designação significa por oposição a denominações como “ Dia da Língua Portuguesa”, “Dia de Portugal”, “Dia das Comunidades Portuguesas” e “Dias de Camões”.

O ato da determinação nacional traz um recorte memorável que remete à existência mesmo que, implicitamente, de outras datas comemorativas. Vê-se ainda, que a denominação, Dia Nacional de Língua Portuguesa é produzida do lugar do locutor-senador que significa simultaneamente como político e como legislador que assimila o ponto de vista de um enunciador coletivo, nesse caso representa os brasileiros.

Essa nova determinação traduz e reescreve nos enunciados “um vínculo histórico e um patrimônio comum consequência de uma convivência multissecular”.

Na análise de Zoppi-Fontana fica claro que há uma modalização deontônica do enunciado que se articula por dependência com os processos de reescrituras da designação, projeta sobre a cláusula uma imposição, uma força ilocucionária que garante a performatividade que vem do lugar do locutor institucional identificado com o Conselho de Ministros CPLP.

Essa modalização é destacada no sentido que, ao mesmo tempo em que alude, silencia a existência de um discurso contrário à “valorização da convivência multissecular”. Podemos dizer assim que semantiza o modo de denominação de Portugal sobre os territórios invadidos – conquistados.



É importante destacar que no Projeto de Lei 149/2004, *corpus* de análise de Zoppi-Fontana, há uma performatividade nos enunciados, diretamente ligado ao funcionamento da modalização e do agenciamento enunciativo. Com presença bem marcada no recorte 4⁴ e no recorte 3⁵.

Das comparações feitas nesses recortes, a autora mostra que há uma performatividade impositiva nos enunciados que é sustentada pelo lugar social do locutor-senador. Esse locutor mobiliza, então, um princípio, apresentado como universalmente aceito para se confrontar enquanto locutor-brasileiro com os locutores da proposta hegemônica de uma data comum.

Dada a necessidade de esclarecer ao leitor, o conceito e compreensão do funcionamento da modalização na sua relação com o acontecimento da enunciação, a autora busca em Guilhaumou e Orlandi a definição de acontecimento linguístico e então destaca que o conceito de *acontecimento linguístico* com seu conceito de *acontecimento discursivo*, é pensado como *momento de emergência de formas singulares de subjetivação*.

A partir destes autores, afirma que, do ponto de vista enunciativo, a noção de *acontecimento linguístico* é definida: - por sua *reflexividade enunciativa*, isto é, pela interpretação/representação da enunciação e dos enunciados como acontecimento por/para os sujeitos que enunciam; e - por sua *reflexividade metalinguística*, através da qual a língua se constitui em objeto de uma enunciação política.

Esta *dupla reflexividade enunciativa do acontecimento linguístico* se manifesta língua nacional, sempre considerando que “toda interpretação de um lugar enunciativo necessita levar em conta a consciência linguística da época”. Ela se manifesta nos textos por meio das marcas de modalização e de performatividade presentes nos enunciados, cujo funcionamento é diretamente afetado pela configuração do agenciamento enunciativo. Conforme estão presentes nos recortes 5, 6, 7 e 8.

⁴ Ressalte-se que uma data *deve guardar* consonância com os valores da comunidade nacional, ainda que compartilhados com outras comunidades situadas em outros países. Se em Portugal, *a comunidade lusitana pode escolher* Camões ou Saramago para simbolizarem a língua, *por que brasileiros não poderiam escolher* Rui Barbosa que, além de grande cultor das letras, na condição de orador e jurista, foi também um grande defensor das liberdades democráticas?”. (Parecer nº 1859/2004, Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal – DF, destaques nossos)

⁵ A celebração do *Dia da Língua Portuguesa e da Cultura da CPLP* [na data 5 de maio de cada ano] foi instituída a 20 de Julho de 2009, por resolução da XIV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da organização, realizada na Cidade da Praia, Cabo Verde. O documento da CPLP justificava a decisão pelo facto de a língua portuguesa constituir, entre os povos da comunidade *vínculo histórico e um património comum resultantes de uma convivência multissecular que deve ser valorizada*».



Em tais recortes, podem-se observar indícios de gestos de interpretação materializados como marcas de modalização nos enunciados, as quais representam imaginariamente o movimento do sujeito como “tomadas de posição”, produzidas do lugar de enunciação do político senador-brasileiro.

Zoppi-Fontana recorre a Pêcheux para explicitar o que é “tomada de posição” na sua inscrição em lugares de enunciação delimitados no acontecimento linguístico como feito de contradição. Para ele consiste em detectar os momentos de interpretações enquanto atos que surgem como tomadas de posição reconhecidas como tal, isto é, como efeitos de identificação assumidos.

Sequencialmente e a partir dessas noções, a autora traz os conceitos de *modos de dizer*, quando se refere ao conjunto de operações de modalização que interferem no sentido dos enunciados. Para a autora há que se concordar com Authier-Revuz, quando afirma que não se deve “confundir o plano de representações do dizer por/para o Locutor com o funcionamento real da enunciação, em sua relação constitutiva com as condições do dizer”.

Zoppi-Fontana se inspira em Guimarães quando trata das análises do funcionamento da performatividade, em que aparece o lugar de enunciação do Locutor e do locutor-x que permite explicitar a força ilocucionária dos enunciados e os espaços de legitimação que garantem a performatividade. Isso direciona a autora a considerar as marcas de modalização como indícios do *agenciamento político da enunciação*. Não se trata, portanto, da avaliação de um *eu*, considerado fonte e origem de atitudes e apreciações, mas de um *modo de dizer* produzido pelo complexo funcionamento dos agenciamentos políticos no acontecimento da enunciação, sobredeterminados pelas relações contraditórias de filiação a diferentes posições-sujeito no interdiscurso.

Para finalizar seu trabalho, Zoppi-Fontana abre um último tópico denominado, *não só arte poética, mas ainda teoria*, e retoma Guimarães que descreve que a cena enunciativa e o agenciamento político da enunciação abre uma via profícua de reflexão que permite escapar à armadilha das análises enunciativas que descrevem a modalidade por uma relação direta com o sujeito de enunciação, referido em suas atitudes, aproximações, distanciamentos e engajamento com os enunciados.



As análises realizadas demonstraram que os sentidos da enunciação se dão a partir do funcionamento do conjunto do agenciamento enunciativo, a modalização, a performatividade e as relações de integração estabelecidas entre os enunciados e o texto no qual aparecem inseridos.

Zoppi-Fontana mostra que o acontecimento linguístico e as marcas de modalização são um indício do movimento de “reduplicação da identificação”, pelo qual o Locutor, predicado pelo lugar social de *locutor-legislador*, se coloca imaginariamente em seus enunciados como ‘tomando uma posição’ em defesa da *língua nacional*, face aos embates dos movimentos para sua internacionalização. Assim, os *modos de dizer* materializados nos enunciados pelas marcas linguísticas de modalização fornecem indícios dos agenciamentos enunciativos que representam os gestos de interpretação do sujeito como “tomadas de posição” assumidas e reconhecidas enquanto tais. O percurso teórico adotado por Zoppi-Fontana e o recorte/corpus permite ao leitor verificar o complexo jogo de agenciamentos enunciativos a partir dos quais o sujeito produz um dizer e um fazer político que coloca a língua nacional como seu objeto.

Conforme a autora, essas “tomadas de posição” reivindicam uma posição de autoria para o Estado brasileiro em relação à comemoração da sua língua oficial.

Zoppi-Fontana encerra seu artigo, contribuindo, não com alguns, mas com muitos pontos coloridos a mais ao quadro em construção da Semântica do Acontecimento, que vem sendo primorosamente pintado por Eduardo Guimarães na última década.

Apesar dos diversos trabalhos que se tem elaborado sobre a constituição da língua oficial do Brasil, o trabalho de Zoppi-Fontana, realizado sob a ótica da Semântica do Acontecimento, permite entender melhor como os espaços de enunciação, a história e as figuras enunciativas corroboram para a legitimação e autonomia de uma língua.

Espero que os pontos que elenquei sejam suficientes para ser compreendida e que minhas palavras possam ter um alcance que faça jus ao artigo de Mônica Zoppi que no entrelaçar, teoria linguística e poesia apresentam méritos incomparáveis.

JANICE VINDILINO ROELIS⁶

E.M.E.F. Nilo Procópio Peçanha – Alta Floresta-MT.

⁶ Orientanda do professor Taisir Mahmudo Karim no programa de pós-graduação em Linguística UNEMAT/Cáceres. Janiceroelis.af@gmail.com